

REVISTA TÓPICOS

O PEDAGOGO NO EXERCÍCIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E DESEMPENHO DE SUAS PRINCIPAIS FUNÇÕES, ORIENTAR E SUPERVISIONAR

DOI: 10.5281/zenodo.11651008

Andressa Caroliny de Lima
Julio Fernandes de Paiva Neto

RESUMO

Durante as aulas de Trabalho Pedagógico na Gestão Escolar Pedagógico realizamos a busca pela compreensão do trabalho que o pedagogo deve desenvolver nas escolas, a partir desta indagação a professora propôs um trabalho de pesquisa com os pedagogos da rede Estadual. Para realizarmos este trabalho nos organizamos em grupos e formulamos questões que pudessem ser feitas aos pedagogos. Após fazermos esta pesquisa houve um debate em sala de aula para discutir sobre o que os pedagogos falaram referente às perguntas. Visando esta proposta de atividade o nosso artigo tem a finalidade de conhecer o exercício que o pedagogo pode desenvolver em seu trabalho, além de estar atuando para uma gestão democrática. Como base para elaboração deste trabalho utilizamos as autoras Kuenzer, Garcia, Pimenta, Sena etc. A partir da entrevista percebemos que este profissional possui uma ampla função dentro de uma instituição de ensino. Dentre elas destacamos duas funções a de orientador e supervisor educacional.

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Palavras chaves: Pedagogo; Orientador; Supervisor; Gestão democrática; Pedagogo, orientador e supervisor

Segundo Pimenta (2002), a escola necessita de um profissional denominado pedagogo, e que este profissional atue na escola buscando formas organizadas para a realização de todo um fazer pedagógico que vai além da sala de aula. Para a realização de tudo isso é necessário um trabalho democrático, Selma acredita que o pedagogo e seu fazer pedagógico cumpre uma função política que é de suma importância na democratização escolar.

O pedagogo é um profissional que possui diversas funções, ele deve ser um orientador, supervisor e até um administrador e junto a estas funções deve estar desenvolvendo seu papel democrático para que assim haja uma escola efetiva onde todos participem e realizem suas práticas necessárias.

Garcia (1995) acredita que para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática é necessário repensar a Administração, Supervisão e a Orientação da escola. Ela acredita que deve haver especificidade nas funções que o pedagogo desenvolve, assim colocando que o administrador deve organizar o tempo e o espaço da escola, tendo assim a tarefa de organizador. Os supervisores têm de fazer a problematização de conteúdos pedagógicos, sabendo qual o melhor conteúdo para determinado aluno e o orientador é quem reconhece o aluno que está em sua escola.

REVISTA TÓPICOS

As funções de orientar e supervisionar possui origens e práticas diferentes, mas que estão atreladas um só responsável, o pedagogo, por isso percebemos a importância de colocar como surgiram, e quais são suas funções.

Pimenta (2002) traz a origem do orientador educacional, evidenciando que este surge a partir da orientação profissional, Pimenta não se aprofunda na questão da orientação profissional, e este também não é o nosso objetivo, por isso faremos uma breve abordagem da orientação profissional. A orientação profissional aconteceu por uma série de mudanças que ocorreram nas décadas do século XIX, estas mudanças impulsionaram uma nova estrutura para a sociedade. As pessoas são iguais quanto a valores essenciais, mas possuem características individuais que os diferenciam, o principio da educação profissional se faz neste sentido. Devido à divisão do trabalho taylorista, cada função antecipadamente pode ser definida. E a partir desta divisão haverá a necessidade de classificar as pessoas conforme sua competência, para uma determinada atividade na área do trabalho.

Com a necessidade de classificação de profissionais, emerge a necessidade de um novo orientador, que talvez saiba onde inserir cada indivíduo em determinada área para trabalhar, este novo profissional é designado como orientador educacional.

A orientação educacional começa no Brasil vinculada, ainda que estranhamente, à questão

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

do trabalho. Quando em 1924, em São Paulo, o engenheiro suíço Roberto Mange alunos do curso de mecânica, e quando, em 1931, também em São Paulo, Lourenço Filho, na condição de diretor do Departamento de Educação, torna oficial o Serviço Público de Orientação Educacional e Profissional, fica clara a intenção de ambas as iniciativas em responsabilizar o orientador educacional pela preparação para o trabalho. Ao orientar caberia selecionar, orientar e encaminhar aqueles que pretendiam ingressar em cursos universitários e aqueles que precisavam se profissionalizar imediatamente. (GARCIA, 1999, p.10).

Em síntese de Garcia buscamos Pimenta para um aprofundamento na questão do encaminhamento profissional ou universitário.

A orientação educacional surge na escola média secundária, com a finalidade de formar personalidades, preparando-os para estudos mais elevados, a orientação profissional se desenvolve no ensino médio profissionalizante, que se encarregava de mão de obra para a indústria. E a

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

partir disso se consagra uma estrutura de níveis de classes sociais que precisava ser mantido. Aos jovens de classes baixas a orientação educacional se encarregava encaminhá-los para o mercado de trabalho e os jovens que possuíam um ensino secundário eram orientados até as universidades (PIMENTA 2002).

De 1945/1960 a orientação educacional teve muitos incentivos governamentais, porém a implantação do serviço em escolas públicas só ocorreu a partir da década de 50 em São Paulo, mas o surto desta modalidade foi na década de 70 com a lei 5.692/71. No Brasil a orientação educacional traz influências norte-americanas, que se fez necessário devido ao desenvolvimento capitalista, o acesso escolar e a democratização do acesso escolar, e com o objetivo de ajustar estes alunos ao desenvolvimento social. E também influências francesas, que tinham a finalidade de dar um acesso psicológico ao aluno, o papel deste trabalho era fornecer informações sobre este aluno, onde os pais e professores tinham acesso para que pudessem educar este aluno. Com estas influências, o Brasil faz a ordenação da sociedade que se propicia de mudanças, assim auxiliando nas escolhas dos jovens, fazendo com que cada indivíduo trabalhe com seu dom considerado benéfico socialmente, contribuindo com a sociedade. Assim não podendo haver nenhum desvio, pois isso traz conseqüências para a sociedade, e neste caso se faz necessário a correção. Então a orientação deve se fazer presente no momento inserção do jovem na sociedade, porque através de uma boa orientação não haverá problemas de desvio e o comportamento será adequado ao que é esperado deste para seu meio

REVISTA TÓPICOS

social, respeitando a família administrando seu estudo, assim se tornando um adulto que a sociedade quer, (um ser social) (PIMENTA 2002).

Após as referências exteriores que constituíram a nossa orientação educacional, Pimenta (2002) coloca que os métodos e técnicas de sua origem estão presentes até nos dias de hoje, para demonstrar isso ela explicita a relação do jovem com a sociedade, que tem suas características individuais, mas que necessitam estar em harmonia com o que a sociedade espera deste jovem, ou seja, ele precisa manter sua individualidade, mas também tem que saber qual é o seu papel social e cumpri-lo.

Hoje compete ao orientador educacional, estar acompanhando o trabalho dos alunos, privilegiando o acompanhamento do processo de aprendizagem, para que assim esteja detectando alguma dificuldade no processo de ensino do aluno, e buscando formas de melhoramento nas dificuldades do educando, e sempre procurar estar trabalhando junto aos professores. (SENA 1993). Este profissional deve se voltar para o bem-estar do aluno, trabalhando de uma forma integradora, onde ele consiga aprender se relacionando com os outros de uma forma saudável. (ALVES, GARCIA 2006).

O orientador educacional (OE) tem um trabalho muito importante na escola, pois é quem se relaciona com o aluno não só na questão do ensino aprendizagem, mas também em um aspecto humano, o que favorece o trabalho de auxílio aqueles que possuem qualquer dificuldade que seja, e isso poderá estar refletindo na inserção deste em seu meio.

REVISTA TÓPICOS

Após o resgate histórico do orientador e caracterização de sua função, faremos o mesmo referente à figura do supervisor que também necessita de uma investigação, pois estamos tentando compreender a origem e a funcionalidade destas modalidades.

No início, segundo Rangel (1988) a supervisão escolar foi praticada no Brasil em condições que produziam o ofuscamento e não elaboração da vontade do supervisor. E era esse o objetivo pretendido com a supervisão que se introduzia. Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; para uma educação controlada, um supervisor controlador e controlado.

Este profissional tão importante surgiu, no Brasil em meio á muitas transformações sociais, tendo como principais objetivos:

*Adaptar o material didático, usando os recursos disponíveis no Brasil e em outros países, fazendo assim um enriquecimento no material didático da escola;

*Analisar, adaptar e aplicar métodos e técnicas para atender ás necessidades comunitárias no que diz respeito á educação, proporcionando assim uma melhor formulação dos projetos da escola, buscando atuar na realidade em que se encontra;

*Selecionar professores para aprenderem a língua inglesa, para que pudessem viajar para os Estados Unidos para fazer cursos avançados, para assim melhorar o nível dos professores que atuam na escola.

REVISTA TÓPICOS

Atualmente a concepção de supervisão se alterou, pois segundo Rangel (1988) o supervisor é considerado o instrumento de execução das políticas centralmente decididas e, simultaneamente, o verificador de que essas mesmas políticas são efetivadas. Para ela o supervisor deve atuar também junto aos professores planejando,acompanhando,coordenando,controlando,avaliando e atualizando o processo ensino aprendizagem.

Segundo Nogueira (2005), o supervisor escolar é um profissional indispensável na escola, atuando em vários setores: administrativo, burocrático, financeiro, cultural e de serviços, além de evidenciar também que o supervisor é um profissional que tem como compromisso a transformação da escola do ensino, e porque não de toda a sociedade, pois pensando uma escola diferente formará pessoas diferentes e assim mudará toda uma geração.

Os supervisores devem atuar na construção da consciência histórico-critica necessária a luta contra a dominação, pois acreditam que só assim a escola se libertará do modelo capitalista de formar trabalhadores e passará a formar seres humanos capazes de pensar e agir criticamente para mudar a sociedade atual(RANGEL 2008).

Para o exercício da gestão democrática:

Kuenzer (1998) coloca em questão a crise do princípio educativo, mostrando a dificuldade de superação do processo taylorismo/fordismo para uma nova organização do sistema produtivo. A questão é que a

REVISTA TÓPICOS

pedagogia tradicional já não da conta de atender a demanda de educação do trabalhador. E para a mudança ocorrer é necessário que haja alterações, ocorrendo outra forma de trabalho, e esta forma se baseia na descentralização.

Para o exercício de uma gestão democrática é preciso de uma descentralização, pois assim todos terão participação nas decisões escolares, deixando de ser apenas um problema onde os que estão no poder decidem por aqueles que estão fora desta centralidade (FELIX, 2006).

No livro “Para onde vão a Orientação e a Supervisão Educacional?” Traz a mesma questão colocada por FELIX, a gestão democrática, e além da descentralização necessária para tal gestão, resgatamos um trecho deste livro que estabelece a importância da Lei de Diretrizes e Base para nortear a gestão democrática.

A gestão democrática, no sentido lato, pode ser entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e, portanto, de exercício de cidadania. Por essa perspectiva é possível identificar, na LDB, alguns aspectos básicos à implementação deste princípio, quais sejam: a participação política; a gratuidade do ensino; a universalização da educação básica; a

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

coordenação, o planejamento, a descentralização dos processos de decisão e de execução e o fortalecimento das unidades escolares; a articulação entre os diferentes níveis de ensino; a instituição do Conselho Nacional de Educação, com instância de consulta e articulação com a sociedade; a garantia de assistência técnica e financeira aos estados e municípios, pela União, buscando superar as desigualdades sociais e regionais; a fixação de diretrizes gerais, definindo uma base comum nacional para a educação básica; a exigência de planos de carreira para o magistério público; a vinculação de verbas da União (18%), dos estados e municípios (25%) à educação; e a erradicação do analfabetismo. Todos esses itens vinculam-se ao princípio da gestão democrática, na medida em que conferem à educação nacional o papel de um dos instrumentos de promoção do exercício de cidadania, a ser assegurada por meio de

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

mecanismos de participação ativa dos segmentos da sociedade civil nas instâncias consultivas, deliberativas e de controle social da educação e da escolarização.(DOURADO, 2003, p.152,153).

A LDB traz o condicionamento para o trabalho democrático, estabelecendo princípios necessários para realização deste, estes princípios são a participação de todo para realização do projeto pedagógico, participação da comunidade escolar através de conselhos escolares. Estes princípios remetem a uma nova escola, onde surgem outros processos de participação na gestão da escola pública, assim se efetivando o envolvimento dos pais, professores, alunos e coordenação pedagógica. Todos participando poderão decidir em conjunto e assim constituir uma maior autonomia, pois estão trabalhando para aquilo que acreditam ser melhor para si próprio.

Segundo Libâneo (apud FELIX 2006, p. 11) uns dos principais instrumentos que podem garantir a gestão democrática são: o Projeto Político Pedagógico e o Conselho Escolar, além de outras instâncias como Grêmio Estudantil e a Associação de Pais e Mestres.

O orientador e o supervisor educacional, que são nomenclaturas atribuídas à função do pedagogo têm que localizar seu trabalho na escola para que assim esteja trabalhando em conjunto com todas as instâncias necessárias

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

para a gestão democrática. Pimenta (2002) relata que o pedagogo e seu fazer pedagógico cumpre uma função política, fazendo-se necessário no trabalho da democratização escola.

A orientação e supervisão devem dar conta de estabelecer uma relação com a escola à família e a comunidade, para que assim consigam junto aos professores identificar a realidade do aluno da sua escola, e isso passa a fazer parte da dinâmica o currículo da escola. Com esta perspectiva o aluno terá maior oportunidade de prosseguir a aprendizagem, com domínio de conteúdos que são indispensáveis para sua sobrevivência. Também é preciso que a supervisão pedagógica e a orientação educacional tentem integrar as disciplinas de forma que o conteúdo não se prejudique e o método de alfabetização se enriqueça, assim o processo de democratização poderá se efetivar na escola tratando-se de questões de seu cotidiano (SENA 1993).

Embora este processo de Gestão Democrática seja algo muito importante, ainda é tratado muitas vezes de forma negligenciada, sendo muitas vezes descartando esta descentralização, prevalecendo uma centralização e é aí que se apresentam os paradigmas desta gestão. Estes paradigmas podem ser a centralidade de poder nas mãos do diretor ou do supervisor, dificuldades na realização dos princípios da organização colegiados da gestão do trabalho pedagógico e o acesso restrito do Projeto Político Pedagógico. (DOURADO, 2003).

Embora haja paradigmas que possam impossibilitar de haver uma gestão democrática, acreditamos que este não é um trabalho que deva apenas ser

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

debatido, pensamos que este trabalho democrático tem que ser construído, para que consigamos alcançar o objetivo da democratização. Com isso, educando cidadãos críticos e reflexivos.

Analisando as questões colocadas em relação à gestão escolar e a atuação vivida hoje na coordenação pedagógica, percebo que no âmbito educacional é difícil se limitar a um modelo a seguir, acredito numa construção coletiva. É preciso considerar o trabalho coletivo, estruturando e privilegiando o currículo da escola com as especificidades daqueles que participam de forma direta ou indiretamente. Pelo acesso, participação e envolvimento de todos, poderemos alcançar resultados benéficos para a melhor qualidade do ensino. A escola precisa ter definido qual é a sua função. É de suma importância a valorização de um espaço democrático, onde se conhece a realidade e se construa uma proposta pensada para este espaço.

A relação entre os objetivos educacionais de uma escola e a concepção de gestão adotada está vinculada na forma de que este espaço está organizado. Se for contemplado no espaço escolar uma gestão que se constrói coletivamente o currículo será privilegiado, pois atenderá diretamente a necessidade das crianças atendidas. Os objetivos educacionais devem ser claros para todos e o PPP estará subsidiando todo o trabalho pedagógico, este documento norteador reflete a organização do espaço escolar. Uma organização que privilegie o trabalho democrático dará ao sujeito não só a oportunidade de atuar no contexto escolar, como também oferecerá condições de se posicionar socialmente, sabendo quais são seus direitos e

REVISTA TÓPICOS

deveres, e é por isso que acredito na gestão democrática, pois considero que no âmbito educacional em que atuo buscamos de forma coletiva melhores condições para que os estudantes se desenvolvam em sua totalidade. Acredito em uma escola com identidade que se constrói e se transforma diariamente

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOURA, Manoel Oriosvaldo. O educador matemático na coletividade de formação. In: Tiballi, Elianda A. e Chaves, Sandramara T. Concepções e práticas em formação de professores. Goiânia: Alternativa; Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Garcia, Regina Leite. (1995). Supervisão Pedagógica: Reflexões sobre a Prática. São Paulo: Cortez Editora.

Garcia, Regina Leite. (1999). Supervisão Pedagógica: Reflexões sobre a Prática. São Paulo: Cortez Editora.

Nogueira, Maria Alice. (2005). A Supervisão Escolar e a Transformação da Escola.

Pimenta, Selma Garrido. (2002). Pedagogia e Pedagogos, para Quê?. São Paulo: Cortez Editora.

Rangel, Mary. (1988). Supervisão Educacional: Para uma Escola de Qualidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

REVISTA TÓPICOS

Rangel, Mary. (2008). Supervisão Educacional: Para uma Escola de Qualidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Dourado, Luiz Fernando. (2003). Para onde vão a Orientação e a Supervisão Educacional? Campinas, SP: Papirus Editora.

Kuenzer, Acácia. (1998). Educação e Trabalho: Formação para a Redefinição dos Processos de Trabalho. São Paulo: Cortez Editora.

LIBÂNEO, José C. Organização e gestão da escola: teoria e Prática. São Paulo: Editora Heccus, 2014.

Pimenta, Selma Garrido. (2002). Pedagogia e Pedagogos, para Quê?. São Paulo: Cortez Editora.

LAVE, Jean e WENGER Etienne. Prática, pessoa, mundo social. In: DANIELS, Harry (Org.). Uma introdução a Vygotsky, São Paulo: Loyola. 2002.